



GT 001. A antropologia da morte: perspectivas etnográficas em diálogo.

Hippolyte Brice Sogbossi (Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergip) - Coordenador/a, Thiago Zanotti Carminati (Universidade Regional do Cariri) - Coordenador/a

A importância dos estudos sobre a morte é inegável. Nem sempre teve a atenção adequada esse fato universal. Aos poucos, surgem estudos especializados em vários domínios do conhecimento. A morte é um fenômeno físico, social e cultural e desperta muita curiosidade. Um acontecimento, experienciado, vivido de múltiplas formas que implicam os vivos na situação de observadores da morte do outro. Mas há também a não-morte: a carne morre, mas a pessoa vive. A atual proposta, considerando a diversidade de enfoques sobre o fato, objetiva acolher e discutir trabalhos transdisciplinares, sendo que o diálogo com a antropologia é fundamental. Estudos comparativos também são bem vindos, e os enfoques deverão questionar e contextualizar as teorias hegemônicas ocidentais sobre a morte. Preferência será dada a etnografias que versem sobre a temática, em situações como o suicídio, a morte por desaparecimento, o falecimento como resultado de doenças, a morte misteriosa, o infanticídio, o assassinato, o feticídio e os rituais religiosos ligados; enfim, morte como ligada a contextos políticos, sociais, biológicos e culturais.

Morte na moderna metrópole; Morrer sozinho e (in)visibilidade

Autoria: Jacqueline Lobo de Mesquita

Uma das características da vida na metrópole nos diz Zimmel é o efeito blasé, vivemos na modernidade uma aproximação, mas também um afastamento e um anonimato tamanho que em um prédio onde apartamentos medem menos de 26 metros, as moscas e o cheiro são alarme de uma morte. O abrir e fechar de portas de mais de 700 unidades habitacionais em um mesmo espaço de moradia permitiu esse anonimato ou foi a condição da vida privada que o fez? Fato ou desfato, sábado, descobriu-se pela manhã que aquele senhor alto esguio, estava morto. Chamaram os porteiros para descobrir como confirmar a morte do sujeito sem nome, porém com identidade. Localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro o prédio conta com aproximadamente dois mil moradores, dentre todas as chaves de análise possíveis de compreender as relações que ocorrem neste micro-cosmos da sociedade selecionamos a morte anônima de um morador para o foco deste artigo. Levi-Strauss ao estudar certas comunidades indígenas percebe que o castigo para determinados delitos é a morte social, o homem que faleceu não sofrera tal castigo, planejado, direcionado, e reflexo de um código, mas ele era um desconhecido. Seria possível então pensar que o anonimato da vida urbana cria espaços para a morte social. Temos como principal fonte metodológica a observação participante, e os relatos percebidos durante a semana pós- morte. É importante mencionar que em relação a metodologia, o meu posicionamento dentro deste campo, como moradora deste edifício tendo a ter uma relação muito próxima com as histórias que ocorrem e seus desdobramentos. Como escrever e descrever a morte de um ser humano, são tantas emoções envolvidas. “Tiveram que tirar ele pela janela, o corpo estava enorme, fazia eram dias que ele estava morto, o corpo tava dando dois do meu, você lembra dele?. Morrer sozinho, que triste” (Mulher, aproximadamente 60 anos que mora com uma cachorra) Sua questão girava sempre em torno do tamanho que o corpo tinha ficado e no fato dele ter falecido sozinho sem que ninguém notasse sua ausência. A fala desta moradora nos revela como o controle da vida dos outros resulta em uma falta de privacidade, mas o fato de não saber o nome e tampouco seus hábitos apresenta um outro lado sobre a ideia de ser observado e vigiar. Ser observado e observar supostamente o tempo todo e em todas as



situações produz um efeito que vai muito além do “Panóptico” de Foucault (1987). As experiências em um espaço de pouca privacidade e muito controle acabam produzindo comportamentos que refletem questões, e dentre estas questionar quais os significados de morrer sozinho na metrópole podem ter uma valiosa contribuição acadêmica dentro dos estudos sobre morte e etnografia.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

